

## **O ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA MUNICIPAL MUNDO AZUL: UMA LIBERDADE CAMUFLADA NO SERTÃO BAIANO**

*Cíntia Lopes Vieira de Jesus*

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
cinthiavieira1988@hotmail.com

*Márcia Lacerda Santos Santana*

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
[marlacerda1@yahoo.com.br](mailto:marlacerda1@yahoo.com.br)

*Cândida Maria Santos Daltro Alves*

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC  
candida\_alves@yahoo.com.br

**Resumo:** A escola é o local onde há a junção de vários grupos. Negros, brancos e índios, homens e mulheres, protestantes, católicos, candomblecistas e ateus, pobres e ricos, crianças, jovens, adultos e idosos. É pensando nisso, que o olhar para a escola precisa ser bastante crítico e cauteloso. A fim de que o mesmo não ignore os sujeitos que lá estão imersos. Nessa perspectiva, essa pesquisa surge com o intuito de analisar a arquitetura de um prédio escolar, de uma instituição situada no sertão baiano, há pouco mais de 700 km da capital, que atende a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e II, bem como a Educação de Jovens e Adultos e está situada no campo. As crianças têm a partir de 3 anos de idade e os estudantes ultrapassam os 60 anos. No decorrer da pesquisa, optou-se por dar ênfase às questões que influenciam o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, tendo como suporte teórico Gonçalves (1999), Schmidt e Magro (2012), Possato e Zan (2014), Kowaltowski (2011), além de documentos legais, como os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – 9394/96. Diante das informações discutidas no decorrer desse escrito é possível afirmar que a Escola Municipal Mundo Azul, assim como grande parte das instituições situadas no campo, não atende às orientações previstas nos PBIIEI, nem à LDBEN, isso porque não foi construída com o intuito de receber apenas crianças pequenas da Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Arquitetura escolar. Educação Infantil do Campo. Crianças pequenas.

### **Introdução**

(...) o espaço escolar é um documento material, visível, que expressa os estilos, gostos, costumes, do passado e do presente. É, portanto, portador de histórias nossas.

As descrições de escolas contadas em verso e prosa revelam imagens, lembranças do passado. (Gonçalves, 1999)

A escola é o local onde há a junção de vários grupos. Negros, brancos e índios, homens e mulheres, protestantes, católicos, candomblecistas e ateus, pobres e ricos, crianças, jovens, adultos e idosos. Por isso, cabe a mesma possibilitar a todos os cidadãos acesso a uma educação de qualidade, digna, que respeite as singularidades de cada povo, a fim de não proporcionar avanço no que se refere ao preconceito. É pensando nisso, que o olhar para a escola precisa ser bastante crítico e cauteloso. A fim de que o mesmo não ignore os sujeitos que lá estão imersos.

Nessa perspectiva, diante de discussões, sobre o espaço físico, bem como do modo que os mesmos são explorados, foi realizada uma pesquisa exploratória, que de acordo com Gil (2002, p. 41) visa “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” em uma escola situada no sertão baiano, há pouco mais de 700 km da capital, com o intuito de analisar se a referida instituição tem condições de atender mais de uma etapa do ensino da Educação Básica. Um olhar especial será dado às estruturas, quanto à sua influência no desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, com idade de 3 a 5 anos.

A fim de colher informações, com o máximo de veracidade possível, visitas foram realizadas para se conhecer de perto a arquitetura do prédio escolar e para fazer o registro, via fotos e vídeos daquilo que foi julgado pertinente, trazer em discussão. Além da análise do espaço, documentos foram considerados, no decorrer da pesquisa, dentre eles a planta da escola, a qual se encontra desatualizada.

Ciente da importância do pensamento de quem faz a escola, diálogos foram realizados com as crianças, funcionários e moradores da comunidade, contribuindo, pois, para melhor delineamento das informações aqui postas, em parceria com a contribuição de alguns autores, tais como: Gonçalves (1999), Schmidt e Magro (2012), Possato e Zan (2014), Kowaltowski (2011), além de documentos legais, como os Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil (2006) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – 9394/96.

### **O espaço físico escolar: uma liberdade camuflada**

A Escola Municipal Mundo Azul<sup>1</sup> está situada no sertão baiano, em perímetro de irrigação. Em 1992, após a união de alguns moradores locais, recebeu, em forma de doação, uma área de terra, onde os próprios pedintes iniciaram a construção, recebendo, felizmente, o apoio de um funcionário da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF que, sensibilizado, ao ver que a construção estava a acontecer tendo como materiais pau-a-pique e adobe, arcou com a mesma.

Recordar como se deu a construção de um prédio escolar, já na década de 1990, e perceber que não foi uma ação, *a priori*, do Estado, mas sim dos moradores da comunidade, convida-nos a refletir sobre o descaso que ainda há para com os camponeses. Essa visita ao passado nos remete à ideia de Gonçalves (1999) ao recorrer a Lima

Lima nas suas reflexões, afirma que o espaço construído pode ser um excelente material pedagógico auxiliar, pois o espaço construído é a história dos trabalhadores que objetivamente o realizam no gesto diário de quem faz o tijolo, levanta paredes, recobre pisos, quebra pedras, mistura as tintas, recolhe o entulho... é a história das crianças e seus pais (1989 : 101).

Por mais que o intuito da citação acima não tenha sido literal, fica evidente que os espaços educacionais, especialmente no campo, nem sempre são fruto de projetos pensados na construção de prédios, que respeitam as especificidades ali contidas. Contudo, quando se tem a participação da comunidade, é percebido que o espaço, por mais que fuja às normas e/ou padrões preestabelecidos ainda se aproxima mais da realidade do que quando idealizado por terceiros.

Sobre isso, é pertinente trazer o pensamento de Kowaltowski (2011) quando expõe a sua opinião acerca dos projetos enquanto padrões a serem seguidos, desconsiderando, muitas vezes, as situações locais específicas, de dada região.

O projeto padrão para instituições como escolas, hospitais e creches é uma prática comum em projetos públicos de interesse social, que usam programas de necessidades padronizadas das atividades estipuladas pelos órgãos administrativos de equipamentos urbanos. O partido arquitetônico procura atender aos objetivos econômicos, à racionalidade construtiva e à funcionalidade, conforme as especificações da Conesp. (p. 101)

---

<sup>1</sup> O nome da escola é fictício, a fim de não revelar a identidade real da instituição pesquisada.

Para além das orientações da antiga Companhia de Construções Escolares do Estado de São de Paulo, CONESP, a autora acrescenta que a prática adotada de se aderir a projetos padrão também está vinculada à marca de uma determinada gestão política. Tanto a planta, como as cores aderidas, na construção de espaços educativos, são definidos, desconsiderando a sua intencionalidade social e pedagógica.

O fato de não levar em consideração o contexto local, a história de vida de quem habita o entorno da instituição educativa, bem como as singularidades que abrangem toda e qualquer comunidade campesina, colaboram para uma não aceitação dos modelos padrões, visto que cada realidade pede um olhar direcionado e, conseqüentemente, exclusivo.

Mesmo dispondo de um único projeto, a referida instituição, após pouco mais de duas décadas de ensino funciona os três turnos recebendo crianças e estudantes a partir dos 3 anos de idade. Atende turmas de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, bem como a Educação de Jovens e Adultos. No turno matutino possui quatro turmas, sendo duas de Educação Infantil e duas do Ensino Fundamental I, no vespertino são outras quatro turmas, sendo duas do Ensino Fundamental I e duas do Ensino Fundamental II. No noturno, três turmas de EJA, sendo uma do ciclo I e duas do ciclo II.

Diante da diferença entre a idade dos sujeitos que estudam nesta escola, espera-se que o espaço físico atenda às necessidades de todos, ou parte das mesmas, mas não é isso que acontece, pois não são utilizados arranjos que deem conta das particularidades exigidas pelos sujeitos de cada uma dessas etapas educacionais. Atualmente, a escola conta com 19 espaços, como pode ser percebido abaixo.

QUADRO 01: Espaços da Escola Municipal Mundo Azul

QUANTIDADE	ESPAÇO
05	Salas
01	Sala dos professores
01	Sala do Novo + Educação
01	Diretoria / Secretaria

01	Cantina
01	Dispensa
02	Banheiros
01	Corredor
01	Varanda
01	Depósito de livros
01	Almoxarifado
01	Área coberta
01	Quadra de esportes
01	Horta

Fonte: Projeto Político Pedagógico/2016

Das cinco salas, quatro contam com mobiliário infanto-juvenil e uma com mobiliário adulto, ou seja, não é adequado e nem confortável para as crianças da Educação Infantil, nem para a maioria dos jovens, adultos e idosos da EJA. Essas mesmas salas não têm ventilação adequada, visto que o sol incide dentro da sala, no período da tarde, impossibilitando as mesmas de ficarem com as janelas abertas.

De acordo com Gonçalves (1999),

A aparência de um ambiente, a forma como se organizam seus elementos, os aspectos de salubridade e conforto, a luz, a cor, a temperatura, o som, a sensação de abrigo provocam no ser humano sensações que podem ser positivas ou negativas, de segurança ou insegurança. (p. 04)

Assim, é mister salientar que as salas da instituição pesquisada, nos dias de sol, não dão conforto, nem transmitem a sensação de segurança devida. Em sua maioria, servem de abrigo para morcegos, as portas oferecem perigo e parte da mobília utilizada está quebrada. Por se tratar de escola situada no sertão, o sol é constante, tornando as salas quentes, mesmo com a presença de ventiladores, o que compromete o bem estar das turmas e o bom andamento das atividades propostas.

Nas demais dependências, outras questões podem ser percebidas, a saber: a diretoria/secretaria é gradeada e o seu acesso é restrito para funcionários; crianças e estudantes não podem adentrar, a não ser que seja para receber advertência. Na cantina não é diferente, porém o fato de conter objetos cortantes faz com que seja compreensível a não permissão de crianças desacompanhadas. Como bem salienta os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006)

As áreas destinadas ao preparo e ao cozimento dos alimentos devem ser reservadas e de difícil acesso às crianças, evitando-se acidentes; pode-se solucionar a restrição ao acesso utilizando portas à meia altura, que proporcionam segurança às crianças sem restringir a ventilação” (BRASIL, 2006, p. 26).

O trecho acima orienta-nos a como pensar o espaço físico de modo que respeite as crianças da Educação Infantil, garantindo-lhes segurança e bem-estar, pois é essencial que se pense na configuração da arquitetura, que responda aos parâmetros contextuais-ambientais, funcionais, estético-compositivos e técnico-construtivos. Nessa perspectiva, idealizar espaços para receber crianças pequenas é uma atividade que requer atenção, cautela, muita destreza, além de amplo conhecimento na área, pois há princípios que, se não forem considerados, poderão desencadear problemas futuros.

Ainda nesse contexto, ao fazer referência aos espaços cuja entrada não é livre, é pertinente validar, mais uma vez, a ideia de Gonçalves (1999), quando reforça o pensamento de que o movimento que se dá no espaço escolar, nos diversos cômodos, seja nos corredores, nas salas, nos pátios, enfim, criam uma hierarquia de espaços. Segundo ela, “Nesta hierarquia há, ainda, os espaços proibidos, os espaços livres, os fechados, os silenciosos, os barulhentos.” (p. 52) Cada um deles, com uma história hierárquica embutida, velada ou não, mas que certamente de grande influência no funcionamento da instituição.

Percebe-se que não é rara a existência de espaços restritos, no ambiente escolar. Nos grandes prédios é mais comum notar o bloqueio de acesso a alguns espaços, porém nas pequenas instituições não é diferente. Surge, então, as seguintes angústias: seria essa uma alternativa sábia, para ensinar a comunidade escolar onde se pode ou não frequentar? Como e por que ainda há hierarquia, quanto aos espaços, ao mobiliário? Em uma instituição pública quem são os donos do

espaço, do mobiliário? Esses questionamentos são condutores reais ao pensamento de Schmidt e Magro (2012), quando trazem as suas crenças acerca do que seja a escola, enquanto lugar provocador de incertezas

A escola é *lugar* porque é cheia de objetos e seres discriminados, marcados e hierarquizados (a cadeira do diretor; a mesa do professor; o fogão da cozinha; a bola do aluno; o bom e o mau professor; o aluno carente e aquele nem tanto; a diretora enérgica e o servente bonzinho). (ALVES, 1988 apud SCHIMIDT e MAGRO)

É fato que na escola em análise há essa marcação, essa ideia de que algo só pode ser tocado por determinada pessoa ou com a permissão da mesma. A autonomia, seja por parte das crianças pequenas, bem como dos estudantes com mais idade é vedada, ignorada e, por vezes, motivo de advertência. A imposição de regras que impossibilite o acesso a determinados objetos e espaços é cultural, não gerando, pois, estranhamento por parte dos sujeitos que fazem parte da comunidade interna e externa da escola.

Diante do exposto, é possível enxergar a Escola Mundo Azul como um espaço de possibilidades, porém, um espaço que as limita, pois uma escola situada em área campesina poderia explorar mais o seu entorno. O antigo jardim está abandonado, a horta pouco explorada, o verde é pouco presente, em uma área de irrigação. Os muros que a envolve a faz perder a sua identidade. Deixa de ser uma escola *do* campo para ser apenas uma escola *no* campo. Na verdade, o problema não é a escola estar murada, mas sim como o muro é explorado, visto que o mesmo serve apenas de medida protetiva, uma vez que em menos 50 metros de distância da escola passa um canal de irrigação, no qual uma criança, estudante da Educação Infantil, faleceu afogada anos atrás.

Sobre o fechamento da escola, Kowaltowski (2011) lembra

O fechamento das escolas é uma questão de segurança, em função dos problemas de violência. O ambiente escolar precisa ser seguro, tanto para a preservação do seu patrimônio físico e material, como para a segurança dos seus usuários. As escolas precisam fechar-se de modo adequado, mas sem se tornarem esteticamente feias ou parecidas com prisões. (p. 196)

Diante do exposto, cabe ressaltar que a autora sinaliza que, independente do fechamento da área se dar por meio de muros e/ou grades, o que definirá o seu caráter ou não de prisão, será a apresentação dos mesmos. Assim, sugere a combinação de elementos vazados ou com desenhos que, esteticamente, seja agradável de apreciar. Pinturas, mensagens, jardins suspensos, dentre outras atividades podem tornar o ambiente menos frio e mais aconchegante para todas as faixas etárias.

Por mais que a sua arquitetura inicial tenha sido pensada por camponeses e para os mesmos, aos poucos, o prédio sofreu alterações que a fez se aproximar bastante dos prédios das escolas do espaço urbano, como se aprimoramento estivesse diretamente atrelado à arquitetura urbana. Os muros no entorno da escola, apenas com o intuito de vedar a saída, sem aviso prévio, grades na janela e porta da Secretaria/Diretoria, proibição da entrada de crianças e estudantes na cantina, eis algumas das características da Escola Mundo Azul, dona de uma liberdade camuflada no sertão baiano.

### **Escola Mundo Azul e Educação Infantil: pontos e contrapontos.**

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, assim como as demais etapas do ensino, possui singularidades que precisam ser respeitadas e consideradas, durante os processos de tomada de decisões. Pensar em espaços que favoreçam o desenvolvimento das crianças pequenas, desde os seus deslocamentos à acessibilidade aos espaços, aos materiais e objetos, além de considerar os modos próprios de vida da criança camponesa, são questões relevantes a serem valorizadas e consideradas, durante a construção e/ou reforma de uma instituição educativa.

Tendo como respaldo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, enquanto documento de grande relevância que atende à educação em todo o território brasileiro, sobre o cuidado e zelo, sobre a possibilidade de fazer valer os princípios das instituições de ensino, é pertinente dar ênfase ao Art. 70 que versa

**Art. 70.** Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das

instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

(...)

II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; (p. 39)

Além da LDBEN, é cabível considerarmos os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (2006), elaborados em parceria de educadores, arquitetos e engenheiros, que acreditam que as unidades que atendem à primeira etapa da Educação Básica precisam contemplar as especificidades de cada região, sem ferir os preceitos gerais que regem a Educação Infantil, no tocante à estrutura do espaço físico, bem como o mobiliário que o completa.

IMAGEM 01: Sala



Fonte: Arquivo da pesquisadora

A fim de respeitar o documento em pauta, quando aborda as possíveis especificidades de cada região, caberia um olhar direcionado à educação campesina, que, historicamente, sobrevive de projetos adaptados, sempre como segunda opção. Primeiro, pensa-se na educação urbana e depois em como estendê-la até o campo. Nesse viés, após análise dos espaços da Escola Municipal Mundo Azul, no que se refere à Educação Infantil, ficou evidente que:

- as mesas e as carteiras não possuem tamanho adequado para crianças de 3, 4 e 5 anos de idade;
- O quadro branco não está em uma altura em que as crianças possam fazer uso;
- Os cartazes não estão expostos no campo visual das crianças. (Imagem 01)

Os parâmetros versam que o mobiliário e os equipamentos que são dispostos nas salas, quando adequados à altura das crianças, hão de possibilitar maior autonomia e independência, favorecendo o desenvolvimento social dos pequenos. Salienta também que tanto o quadro, como os painéis precisam estar expostos na altura do campo visual das crianças, para que as mesmas possam manusear e explorar os recursos que compõem o seu espaço de convivência, não se limitando a observá-los de longe.

Nesse sentido, cabe mencionar ainda que a sala das crianças pequenas é espaçosa, bem arejada<sup>2</sup>. Contudo, além do mobiliário não ser adequado, em todas as salas o filtro fica em um suporte suspenso que impossibilita a autonomia das crianças com menos idade, principalmente aquelas que estão na Educação Infantil, de beberem água sem ajuda de um adulto.

Outro fator determinante que nos faz refletir acerca da oferta da educação para a primeira infância em instituição campesina é referente aos sanitários. Na escola visitada, há apenas dois banheiros, um masculino e outro feminino, que são utilizados por todos, tanto crianças, estudantes, como funcionários. Em cada banheiro há duas privadas, um chuveiro e uma pia. No banheiro feminino a torneira da pia está quebrada, assim como uma das privadas. Por isso, ao se fazer uso do mesmo, é necessário passar no banheiro masculino para lavar as mãos. Vale salientar que os sanitários não são adaptados, o que faz com que algumas crianças optem por fazer as suas necessidades no chão, muitas vezes por medo de cair dentro do vaso. O que fere os preceitos elencados nos Parâmetros (2006), a saber:

Nos banheiros, a autonomia das crianças vai estar relacionada à adaptação dos equipamentos às suas proporções e alcance; reservar especial atenção com a

---

<sup>2</sup> As duas salas que atendem à Educação Infantil só sofrem com o excesso de sol no turno vespertino. Como as crianças pequenas só frequentam o matutino, não há contratemos.

prevenção de acidentes, utilizando piso antiderrapante, principalmente próximo às áreas do chuveiro, e cantos arredondados nos equipamentos. (p. 30)

Os banheiros da referida instituição não respeitam as orientações acima. Os mesmos estão situados um ao lado do outro e não possuem forro no teto, isso faz com que alunos maiores subam na privada e, conseqüentemente, na parede e espiem quem está no banheiro vizinho. Segundo alguns funcionários há a promessa de fazerem os reparos necessários, forrarem os mesmos e de construir um banheiro específico apenas para os funcionários.

### **Considerações preliminares**

Diante das informações discutidas no decorrer desses primeiros apontamentos do estudo é possível inferir que a Escola Municipal Mundo Azul, assim como grande parte das instituições situadas no campo, não atende às orientações previstas nos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil, nem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, isso porque não foi construída com o intuito de receber apenas crianças pequenas da Educação Infantil. A referida instituição, lida com crianças e adultos que variam entre 3 anos de idade até pouco mais de 60 anos.

Ciente de que o prédio escolar não corresponde às exigências legais, percebe-se que os diversos espaços de que dispõe a instituição não são explorados, positivamente, pelos adultos e, quando as crianças tentam ir além, são impedidas, gerando certo desconforto e estresse nos pequenos. Os espaços, em sua maioria, possuem acesso restrito, como a sala dos professores, a cantina da merendeira e a Secretaria/Diretoria da secretária e diretora, nestes a entrada precisa ser consentida.

Como afirmado no decorrer da análise, nas salas destinadas às turmas de Educação Infantil as janelas são altas, as mesas e carteiras não condizem com a altura das crianças, o quadro branco não está acessível, bem como os painéis. Os banheiros não dispõem de adaptações que favoreçam a autonomia das crianças. Ou seja, desrespeitam as especificidades das crianças, e conseqüentemente, seu direito à uma educação de qualidade.

Assim, se partir do pressuposto de que as instituições de ensino devem oferecer conforto e dispor de ambientes dignos que respeitem os sujeitos que hão de conviver, fica nítido que a escola

pesquisada não atende às normas vigentes e nem faz uso dos seus espaços de maneira adequada, mesmo estes sendo inapropriados. Por fim, faz-se necessário repensar os espaços da Escola Mundo Azul e, *a posteriori*, planejar uma adequação que respeite desde as crianças pequenas, até os idosos, partindo das suas essências e identidades camponesas.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

GONÇALVES, Rita de Cássia. **A Arquitetura Escolar como materialidade do direito desigual à educação**. 1999.

KOWALTOWSKI, Doris K.. **Arquitetura escolar: O projeto do ambiente de ensino**. São Paulo, Oficina de Textos, 2011.

POSSATO, Beatris Cristina. ZAN, Dirce. **Espaços Cerrados: as marcas da violência e do controle na arquitetura das escolas**. 2014.

SCHMIDT, Ivone Tambelli. MAGRO, Emerson. **O gestor e a organização do espaço escolar**. 2012.